Representações Sociais da Deficiência Intelectual no Contexto Familiar: Contribuições da Teoria das Representações Sociais

Sandra Beltrão Tavares Costa

Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales

Resumo: A deficiência intelectual, quando interpretada apenas como limitação individual, tende a produzir discursos familiares marcados por proteção contínua, baixa expectativa de autonomia e dificuldade de reconhecer adolescentes como sujeitos capazes de participar das decisões que afetam a própria vida. Este artigo, de natureza teórico-analítica, toma como referência a tese Representações sociais dos genitores acerca da autodeterminação de seus filhos adolescentes com deficiência intelectual moderada, de Sandra Beltrão Tavares Costa, e discute como a Teoria das Representações Sociais contribui para compreender a produção do senso comum familiar sobre deficiência, cuidado e autodeterminação. O objetivo geral consiste em analisar, à luz de Moscovici e Jodelet, de que modo os mecanismos de ancoragem e objetivação ajudam a explicar representações familiares que associam deficiência intelectual a incapacidade, dependência e vulnerabilidade. O problema que orienta a reflexão pergunta como discursos socialmente partilhados sobre deficiência intelectual interferem na construção familiar da autonomia adolescente. Metodologicamente, o artigo organiza-se como estudo bibliográfico e interpretativo, apoiado em revisão narrativa e análise conceitual de obras presentes na tese, com ênfase em autores da Teoria das Representações Sociais e nos estudos sobre deficiência intelectual. Os resultados bibliográficos indicam que a deficiência intelectual tende a ser objetivada em imagens de fragilidade e ancorada em repertórios biomédicos, escolares e morais, o que pode naturalizar práticas de superproteção. Conclui-se que a Teoria das Representações Sociais oferece matriz fecunda para deslocar a análise da deficiência de uma leitura individualizante para uma compreensão psicossocial, relacional e cultural da autonomia no cotidiano familiar brasileiro.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Representações sociais. Autodeterminação.

Recebido em: fevereiro. 2026. Aceito em: maio, 2026

DOI: 10.56069/2676-0428.2026.800

Ciência, inovação e compromisso social

na construção de novos horizontes

Junho, 2026, v. 3, n. 39

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428

Representaciones sociales de la discapacidad intelectual en el contexto familiar: contribuciones de la Teoría de las Representaciones Sociales

Resumen: La discapacidad intelectual, cuando se interpreta exclusivamente como una limitación individual, tiende a generar discursos familiares marcados por una protección continua, bajas expectativas de autonomía y dificultades para reconocer a los adolescentes como sujetos capaces de participar en decisiones que afectan sus propias vidas. Este artículo teórico y analítico se basa en la tesis doctoral de Sandra Beltrão Tavares Costa sobre las representaciones sociales de los padres respecto a la autodeterminación de adolescentes con discapacidad intelectual moderada. Su objetivo general es analizar cómo la Teoría de las Representaciones Sociales contribuye a comprender la producción del sentido común familiar sobre la discapacidad, el cuidado y la autodeterminación. Metodológicamente, el artículo está organizado como un estudio bibliográfico e interpretativo, respaldado por una revisión narrativa y análisis conceptual de las obras citadas en la tesis, con énfasis en Moscovici, Jodelet y autores asociados a enfoques psicosociales para la representación. Los resultados bibliográficos indican que la discapacidad intelectual a menudo se objetifica a través de imágenes de fragilidad y se ancla en repertorios biomédicos, escolares y morales, lo que puede naturalizar prácticas sobreprotectoras. El artículo concluye que la Teoría de la Representación Social proporciona una matriz relevante para desplazar el análisis de la discapacidad de explicaciones individualizadoras a una comprensión psicosocial, relacional y culturalmente situada de la autonomía en contextos familiares.

Palabras clave: Discapacidad intelectual. Representaciones sociales. Autodeterminación...

Social representations of intellectual disability in the family context: contributions of the Theory of Social Representations

Abstract: Intellectual disability, when interpreted exclusively as an individual limitation, tends to generate family discourses marked by continuous protection, low expectations of autonomy and difficulties in recognizing adolescents as subjects able to participate in decisions that affect their own lives. This theoretical and analytical article draws on Sandra Beltrão Tavares Costa's doctoral thesis on social representations of parents regarding the self-determination of adolescents with moderate intellectual disability. Its general objective is to analyze how the Theory of Social Representations contributes to understanding the production of family common sense about disability, care and self-determination. Methodologically, the article is organized as a bibliographic and interpretive study, supported by narrative review and conceptual analysis of works cited in the thesis, with emphasis on Moscovici, Jodelet and authors associated with psychosocial approaches to representation. The bibliographic results indicate that intellectual disability is often objectified through images of fragility and anchored in biomedical, school and moral repertoires, which may naturalize overprotective practices. The article concludes that Social Representation Theory provides a relevant matrix for shifting the analysis of disability from individualizing explanations to a psychosocial, relational and culturally situated understanding of autonomy in family contexts.

Keywords: Intellectual disability. Social representations. Self-determination

INTRODUÇÃO

A discussão sobre deficiência intelectual no contexto familiar exige deslocamento teórico capaz de ultrapassar interpretações centradas apenas no déficit individual. Quando a adolescência se articula à deficiência, o debate torna-se ainda mais sensível, pois se cruzam expectativas de proteção, medo social, experiências escolares, discursos clínicos e modos familiares de reconhecer, limitar ou ampliar a autonomia. Na tese que serve de matriz para este artigo, Jodelet (2001) aparece como referência para compreender que as representações orientam a forma como sujeitos nomeiam, interpretam e enfrentam situações da vida cotidiana.

A Teoria das Representações Sociais permite examinar a deficiência intelectual não somente como categoria diagnóstica, mas como objeto social atravessado por valores, imagens, crenças e práticas comunicativas. Moscovici (2012) sustenta que conhecimentos científicos, ao circularem socialmente, são transformados em saberes do senso comum, produzindo modos compartilhados de interpretação. No contexto familiar, essa circulação interfere na maneira como pais, mães e cuidadores constroem expectativas sobre desenvolvimento, independência, escolarização, trabalho e participação social de adolescentes com deficiência intelectual.

A família constitui espaço privilegiado de socialização, mediação simbólica e aprendizagem de papéis sociais. No entanto, quando discursos sociais associam deficiência intelectual a incapacidade permanente, o cuidado pode ser convertido em prática de restrição, ainda que sustentada por intenção protetiva. A tese de Costa (2021) evidencia que representações sociais desfavoráveis à deficiência podem ser acumuladas pelos genitores e incorporadas como referências para os processos de ancoragem e objetivação, particularmente quando a autonomia passa a ser percebida como risco.

O problema que orienta este artigo pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo a Teoria das Representações Sociais contribui para compreender discursos familiares que associam deficiência intelectual, adolescência e autodeterminação a imagens de incapacidade, dependência e vulnerabilidade? A questão ganha relevância porque não basta defender

abstratamente o direito à autonomia; torna-se necessário compreender quais repertórios simbólicos, historicamente compartilhados, sustentam práticas familiares que ampliam ou limitam oportunidades concretas de escolha, participação e pertencimento.

O objetivo geral consiste em analisar as contribuições da Teoria das Representações Sociais para compreender a construção social da deficiência intelectual no contexto familiar, com ênfase nos discursos sobre autonomia e autodeterminação de adolescentes. De modo específico, busca-se discutir os conceitos de ancoragem e objetivação, examinar como a deficiência intelectual pode ser transformada em imagem social de incapacidade e indicar como essa leitura teórica auxilia práticas de mediação familiar menos tuteladoras e mais emancipatórias.

O artigo organiza-se em cinco seções, além desta introdução. A primeira apresenta o percurso metodológico bibliográfico e interpretativo. A segunda desenvolve a fundamentação teórica, articulando Moscovici, Jodelet, Abric, Almeida, Santos, Alves-Mazzotti, Spink, Ribeiro, Antunes-Rocha, Silva, Camargo e Padilha. A terceira sistematiza resultados bibliográficos por categorias analíticas. A quarta aprofunda a discussão sobre deficiência intelectual, senso comum e família. A quinta apresenta considerações finais, limites e desdobramentos para investigações teórico-metodológicas futuras.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo adota desenho teórico-analítico, de caráter bibliográfico e interpretativo. O corpus de leitura foi constituído por obras e estudos mobilizados na tese de Costa (2021), priorizando autores vinculados à Teoria das Representações Sociais e textos que ajudam a compreender a deficiência intelectual como construção psicossocial. O procedimento não se volta à mensuração de comportamentos, mas à organização de categorias conceituais capazes de explicar como discursos familiares sobre deficiência, autonomia e cuidado são socialmente produzidos.

A revisão bibliográfica foi conduzida em perspectiva narrativa, isto é, sem pretensão de esgotar toda a produção existente sobre o tema, mas com seleção

intencional de referências pertinentes ao problema delimitado. Sampieri, Collado e Lucio (2010) orientam a compreensão de que o delineamento metodológico deve guardar coerência com o problema de investigação e com a natureza do objeto. Nessa direção, a leitura interpretativa permitiu articular conceitos de origem psicossocial a um tema atravessado por dimensões familiares, educacionais, culturais e comunicativas.

Também se recorreu à contribuição de Minayo (2003), para quem as representações sociais possibilitam compreender sentidos coletivos produzidos nas relações sociais e nos modos de classificação da realidade. Assim, o percurso analítico foi organizado em três movimentos: identificação dos conceitos nucleares da Teoria das Representações Sociais; seleção de categorias relacionadas à deficiência intelectual e à autodeterminação; e construção de uma síntese interpretativa sobre a formação do senso comum familiar em torno da incapacidade, da proteção e da autonomia.

Para manter coerência com o recorte teórico-analítico, a seção de resultados foi apresentada como resultado bibliográfico, e não como descrição de levantamento com participantes. Foram valorizados eixos conceituais recorrentes na tese: a deficiência intelectual como objeto representacional; a ancoragem em repertórios biomédicos, escolares e morais; a objetivação da deficiência em imagens de fragilidade; e os efeitos desses mecanismos na construção familiar da autodeterminação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Teoria das Representações Sociais, formulada por Moscovici (2012), oferece um caminho consistente para compreender como conhecimentos científicos, discursos institucionais e experiências cotidianas são convertidos em formas partilhadas de interpretação. No caso da deficiência intelectual, a teoria permite observar como diagnósticos, recomendações escolares, narrativas familiares e imagens sociais de incapacidade circulam, são reelaborados e passam a orientar expectativas sobre adolescentes. A representação social não funciona como simples opinião individual; ela organiza condutas, produz

familiaridade diante do desconhecido e fornece linguagem para classificar sujeitos e situações.

Jodelet (2001) aprofunda essa compreensão ao definir as representações como formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, voltadas à construção de uma realidade comum. No contexto familiar, essa realidade comum pode associar deficiência intelectual a cuidado permanente, dependência e insegurança. A adolescência, que em outros percursos de desenvolvimento costuma ser vinculada à ampliação de escolhas, pode ser representada como fase de maior perigo quando o adolescente possui deficiência intelectual. Assim, autonomia deixa de aparecer como direito progressivo e passa a ser lida como ameaça à integridade do filho.

Dois mecanismos ajudam a explicar esse processo: ancoragem e objetivação. A ancoragem integra o novo a sistemas prévios de sentido; desse modo, a deficiência intelectual pode ser ancorada em ideias anteriores de limitação, infantilização, fragilidade ou incapacidade escolar. A objetivação, por sua vez, transforma conceitos abstratos em imagens concretas. Quando a deficiência é objetivada na imagem de alguém que não decide, não compreende ou não se protege, o cotidiano familiar tende a confirmar a própria representação que o organiza, restringindo experiências de escolha.

Abric (1998) contribui ao indicar que as representações possuem organização interna, com elementos mais estáveis e elementos periféricos, sensíveis às circunstâncias. Essa contribuição é relevante porque discursos familiares sobre deficiência intelectual podem apresentar um núcleo resistente, vinculado à proteção e ao medo, ainda que elementos periféricos admitam mudanças, como a valorização da escola, da convivência ou de pequenas tarefas domésticas. Assim, as representações não são imutáveis, mas sua transformação exige experiências sociais que tensionem o núcleo de incapacidade.

Almeida e Santos (2011), ao retomarem a história da teoria, destacam que as representações articulam sujeito e sociedade, permitindo superar leituras individualizantes. Essa perspectiva é indispensável para não responsabilizar apenas a família por práticas restritivas. A superproteção, muitas vezes, expressa uma rede mais ampla de discursos sociais, escolares, médicos e

comunitários que comunicam risco, insuficiência e dependência. Alves-Mazzotti (2008), ao discutir aplicações educacionais da teoria, reforça que representações interferem nas práticas pedagógicas e institucionais, podendo sustentar inclusão ou produzir barreiras simbólicas.

Spink (1993; 2010) amplia a leitura ao enfatizar a produção de sentidos nas práticas discursivas. A família não apenas reproduz discursos sobre deficiência; ela também negocia sentidos, acomoda tensões e constrói justificativas para agir. Ribeiro e Antunes-Rocha (2016) mostram que a Teoria das Representações Sociais comporta diferentes abordagens e métodos, permitindo examinar a historicidade dos objetos sociais. Silva, Camargo e Padilha (2011), ao tratarem da expansão da teoria em pesquisas brasileiras, evidenciam sua fecundidade para temas de saúde, cuidado e educação. Nessa chave, a deficiência intelectual passa a ser compreendida como objeto simbólico produzido entre ciência, senso comum, instituições e vínculos familiares.

Quadro 1 – Referências nucleares e contribuição conceitual para o artigo

Referência presente na tese	Conceito mobilizado	Contribuição para o recorte
Moscovici (2012)	Conhecimento científico e senso comum	Explica como discursos especializados sobre deficiência são apropriados pela família.
Jodelet (2001)	Representação como saber compartilhado	Permite compreender a deficiência intelectual como realidade socialmente construída.
Abric (1998)	Núcleo central e sistema periférico	Ajuda a analisar permanências e deslocamentos nas imagens familiares de incapacidade.
Alves-Mazzotti (2008)	Representações e educação	Evidencia efeitos de crenças sociais em

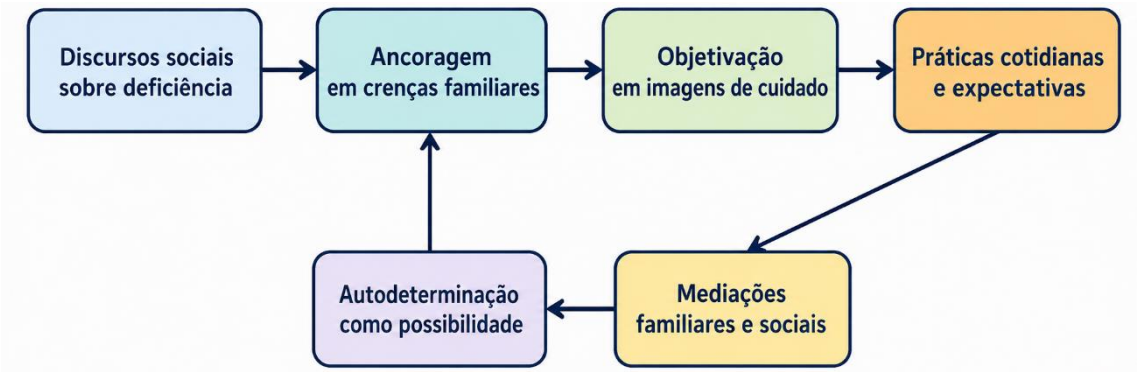
		práticas de inclusão e exclusão.
Spink (1993; 2010)	Produção discursiva de sentidos	Mostra que a linguagem familiar participa da construção da autonomia possível.
Ribeiro e Antunes-Rocha (2016)	História, abordagem e método da TRS	Situa a teoria como matriz adequada a objetos sociais complexos.

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das referências mobilizadas por Costa (2021).

RESULTADOS BIBLIOGRÁFICOS: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL COMO OBJETO REPRESENTACIONAL

Os resultados bibliográficos deste artigo indicam que a deficiência intelectual, quando analisada pela Teoria das Representações Sociais, pode ser compreendida como objeto social produzido em uma rede de discursos, práticas e afetos. A tese de Costa (2021) parte da constatação de que, em ambientes culturais marcados por visões desfavoráveis da deficiência, os familiares acumulam crenças negativas que se tornam referências para a interpretação da autonomia.

Figura 1 – Circuito interpretativo das representações sociais da deficiência intelectual no contexto familiar



Fonte: Elaboração própria (2026), com base em Moscovici (2012), Jodelet (2001) e Abric (1998).

Essa constatação não se limita a uma descrição de atitudes familiares; ela sugere que o senso comum sobre deficiência intelectual participa da organização das expectativas de futuro, das permissões cotidianas e dos limites atribuídos ao adolescente.

O primeiro resultado bibliográfico refere-se à deficiência intelectual como categoria que circula socialmente entre linguagem médica, linguagem escolar e linguagem doméstica. A classificação diagnóstica, ao ser recebida pela família, pode ser convertida em explicação totalizante da pessoa, de modo que habilidades, desejos e possibilidades fiquem subordinados ao nome da deficiência. Nesse processo, a ancoragem opera quando a família interpreta novos comportamentos do adolescente com base em repertórios já estabilizados: atraso, incapacidade, dependência, ingenuidade ou perigo. A deficiência deixa de designar uma condição de desenvolvimento e passa a orientar uma expectativa generalizada de limitação.

O segundo resultado diz respeito à objetivação. Conceitos abstratos, como deficiência intelectual, autonomia e autodeterminação, tornam-se imagens concretas no cotidiano familiar. A deficiência pode ser objetivada na imagem do filho eternamente criança; a autonomia, na imagem do risco; e a autodeterminação, na imagem de uma liberdade perigosa. Quando essas imagens se consolidam, práticas protetivas passam a parecer naturais: decidir pelo adolescente, limitar sua circulação, reduzir suas escolhas ou evitar situações de erro. A proteção, nessa lógica, funciona simultaneamente como cuidado e como barreira simbólica.

O terceiro resultado bibliográfico envolve a circulação de discursos sociais sobre incapacidade. A família não elabora suas representações isoladamente. Ela interpreta a deficiência a partir de mensagens recebidas de profissionais, escola, vizinhança, religião, mídia e políticas públicas. Se esses espaços reiteram a imagem da deficiência como falta ou inadequação, a família tende a ancorar a adolescência em regimes de tutela. Por outro lado, quando circulam discursos de direito, apoio, acessibilidade e participação, tornam-se mais prováveis representações que reconhecem a autonomia como construção gradual e socialmente mediada.

O quarto resultado refere-se à tensão entre saber científico e senso comum. A Teoria das Representações Sociais mostra que o conhecimento especializado não chega ao cotidiano familiar como cópia fiel. Ele é selecionado, simplificado, reinterpretado e combinado com experiências afetivas. Assim, orientações técnicas sobre estimulação, inclusão e autodeterminação podem coexistir com medos antigos, experiências de discriminação e expectativas reduzidas. O conflito entre desejar autonomia e temer seus efeitos não revela contradição meramente individual; revela disputa entre representações sociais distintas que convivem no mesmo grupo familiar.

O quinto resultado aponta a relevância da linguagem. Palavras como “limitação”, “dependência”, “especial”, “proteção”, “incapacidade” e “autonomia” não apenas descrevem realidades; elas constroem enquadramentos. Quando a deficiência intelectual é nomeada predominantemente pela falta, o adolescente pode ser posicionado como sujeito que precisa ser conduzido. Quando a linguagem enfatiza apoios, mediações e direitos, abre-se espaço para interpretar a autodeterminação como processo possível. Nesse sentido, a mudança de práticas depende também da mudança dos repertórios discursivos que tornam determinadas ações pensáveis e legítimas.

O quadro a seguir sintetiza os resultados bibliográficos, relacionando conceitos da Teoria das Representações Sociais aos efeitos interpretativos observáveis no contexto familiar. A sistematização não pretende reduzir a complexidade do fenômeno, mas tornar visível o modo como ancoragem, objetivação, comunicação e núcleo representacional ajudam a compreender a produção familiar do senso comum sobre deficiência intelectual e autodeterminação.

Quadro 2 – Resultados bibliográficos por categoria analítica

Categoria	Operador da TRS	Leitura da deficiência intelectual	Efeito no contexto familiar
Deficiência como objeto social	Construção social do sentido	A deficiência passa a organizar expectativas	A família interpreta condutas pela

		sobre competência, risco e dependência.	categoria diagnóstica.
Incapacidade como ancoragem	Ancoragem	Novos comportamentos são lidos por repertórios prévios de limitação.	Reduzem-se oportunidades de escolha e experimentação.
Fragilidade como imagem	Objetivação	A deficiência é convertida em imagem concreta de vulnerabilidade.	A proteção tende a ser naturalizada como controle.
Autonomia como disputa	Núcleo e periferia	A valorização da autonomia pode coexistir com núcleo protetivo resistente.	O discurso emancipatório aparece, mas nem sempre organiza práticas.
Linguagem familiar	Produção de sentido	Palavras e narrativas posicionam o adolescente como capaz ou incapaz.	A mudança discursiva favorece novas práticas de mediação.

Fonte: Elaboração própria (2026).

DISCUSSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O CONTEXTO FAMILIAR

A discussão dos resultados bibliográficos evidencia que a Teoria das Representações Sociais oferece contribuição decisiva para compreender a deficiência intelectual no contexto familiar porque desloca o foco de uma suposta resistência individual dos cuidadores para a análise dos sistemas simbólicos nos

quais as famílias estão inseridas. Moscovici (2012) permite compreender que a representação nasce da circulação social do conhecimento e, por isso, a deficiência não é apreendida apenas a partir da experiência privada. Ela é interpretada por meio de categorias socialmente disponíveis, historicamente marcadas e afetivamente investidas.

Jodelet (2001) aprofunda essa leitura ao indicar que as representações organizam uma realidade comum. No caso da deficiência intelectual, essa realidade comum pode ser estruturada por imagens de fragilidade, dependência e cuidado sem prazo de término. Se a família vive em ambiente social que responsabiliza os genitores por qualquer risco ou fracasso do adolescente, a autonomia passa a ser representada como exposição indevida. Assim, a superproteção não deve ser compreendida apenas como excesso de afeto, mas como resposta socialmente inteligível a uma rede de julgamentos e ameaças simbólicas.

A contribuição de Abric (1998) permite avançar para a organização interna dessas representações. É possível supor que o cuidado constitua elemento central em muitas representações familiares, enquanto experiências de escolha, participação e circulação social aparecem como elementos periféricos, admitidos quando controlados. Essa organização explica por que a família pode verbalmente valorizar a autonomia e, ao mesmo tempo, evitar situações nas quais o adolescente tome decisões. O discurso favorável à autodeterminação pode operar na periferia da representação, enquanto o núcleo permanece ancorado no medo e na proteção.

Doise (1985; 1990), ao propor uma leitura das representações vinculada às posições sociais, ajuda a compreender que família, escola, profissionais e comunidade não ocupam o mesmo lugar na produção do sentido. A família, muitas vezes, recebe cobranças contraditórias: deve promover independência, mas também responder por qualquer consequência negativa. Desse ponto de vista, as representações familiares sobre deficiência intelectual expressam posições sociais desiguais e expectativas normativas que definem quem pode decidir, quem deve proteger e quem será responsabilizado quando a autonomia falha.

Sá (2007) contribui ao situar as representações sociais na história da psicologia social, ressaltando sua relevância para a compreensão de objetos contemporâneos complexos. A deficiência intelectual constitui precisamente um desses objetos, pois envolve conhecimento especializado, políticas públicas, direitos humanos, experiências familiares e julgamentos cotidianos. Ao articular esses planos, a teoria evita tanto a naturalização da incapacidade quanto a idealização abstrata da autonomia. O adolescente com deficiência intelectual não é sujeito isolado diante de escolhas individuais; ele participa de redes que podem ampliar ou reduzir suas possibilidades de autodeterminação.

Almeida e Santos (2011) reforçam que a teoria articula sujeito e sociedade, o que impede leituras moralizantes sobre a família. Práticas familiares restritivas não devem ser analisadas apenas como erro ou desconhecimento. Muitas delas derivam de representações que a própria sociedade oferece: deficiência como déficit, adolescência como risco e cuidado como vigilância. A análise psicossocial mostra que transformar a representação familiar exige também modificar os discursos escolares, clínicos e comunitários que alimentam a expectativa de incapacidade.

Alves-Mazzotti (2008), ao aproximar representações sociais e educação, contribui para compreender que a escola pode atuar como espaço de confirmação ou de deslocamento do senso comum familiar. Quando a instituição escolar trata o adolescente com deficiência intelectual como aluno passivo, reforça a ancoragem na incapacidade. Quando organiza apoios, adaptações, participação e avaliação formativa, oferece evidências concretas para que a família recategorize o adolescente como sujeito em desenvolvimento. A mudança representacional, portanto, não se produz apenas por orientação verbal, mas por experiências sociais reiteradas.

Spink (1993; 2010) permite observar que os discursos familiares são práticas de produção de sentido. Ao dizer que o adolescente “não consegue”, “não entende” ou “não sabe se cuidar”, a família constrói uma posição subjetiva para ele e para si mesma. Porém, esses sentidos podem ser renegociados quando novas formas de nomeação entram em circulação: apoio, mediação, escolha assistida, participação progressiva, corresponsabilidade. A linguagem

não opera como ornamento; ela delimita ações possíveis e torna certas práticas familiares reconhecíveis como cuidado ou como restrição.

Ribeiro e Antunes-Rocha (2016) mostram que a teoria comporta abordagens diversas, o que torna possível analisar a deficiência intelectual por diferentes entradas: histórica, processual, estrutural e discursiva. Para este artigo, interessa especialmente a abordagem processual, pois ela focaliza a transformação do conhecimento em senso comum e a circulação dos sentidos nos grupos. Silva, Camargo e Padilha (2011), ao evidenciarem a presença da teoria em investigações brasileiras sobre cuidado e saúde, reforçam que as representações sociais permitem analisar objetos nos quais experiência, instituição, afeto e conhecimento técnico se entrelaçam.

Essa articulação entre autores permite sustentar que a autodeterminação de adolescentes com deficiência intelectual não depende somente de capacidades individuais, ainda que estas precisem ser reconhecidas e apoiadas. Ela depende de um ecossistema representacional no qual família, escola, profissionais e comunidade possam abandonar imagens fixas de incapacidade e construir expectativas graduais de participação. A Teoria das Representações Sociais contribui exatamente por evidenciar que a autonomia se constitui também como objeto simbólico: antes de ser praticada, precisa ser pensada como possível, legítima e socialmente protegida.

Nesse sentido, a deficiência intelectual no contexto familiar não deve ser interpretada como condição que determina, por si só, dependência prolongada. O que muitas vezes se prolonga são as representações que vinculam deficiência, infância permanente e impossibilidade de escolha. O desafio teórico e prático consiste em deslocar a ancoragem da deficiência no déficit para uma ancoragem nos direitos, nos apoios e nas mediações. Do mesmo modo, é necessário transformar a objetivação do adolescente como frágil em uma imagem mais complexa: sujeito que aprende, erra, decide com suporte e participa progressivamente da própria vida.

A tese que fundamenta este artigo indica que as representações sociais podem esclarecer a dinâmica simbólica que sustenta tomadas de posição dos genitores diante da autodeterminação. A contribuição teórico-analítica aqui desenvolvida amplia esse ponto ao defender que a família deve ser

compreendida como lugar de circulação, negociação e transformação de sentidos. Quando os discursos sociais mudam, as práticas familiares também podem mudar; quando a deficiência deixa de ser o centro explicativo absoluto, a autonomia passa a ser concebida como construção situada, mediada e compatível com diferentes necessidades de apoio.

IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO RECORTE

Além da contribuição conceitual, a Teoria das Representações Sociais oferece uma orientação metodológica importante para estudos sobre deficiência intelectual no contexto familiar. Em vez de perguntar somente se a família apoia ou não apoia a autonomia, a análise representacional permite investigar como a própria ideia de autonomia é construída, quais imagens a sustentam e quais categorias a tornam aceitável ou ameaçadora. Esse deslocamento é decisivo, pois evita interpretações simplificadoras que opõem proteção e emancipação como polos absolutos.

Do ponto de vista teórico, o recorte aqui proposto também amplia a compreensão da deficiência intelectual como fenômeno relacional. A condição diagnóstica existe e demanda apoios específicos, mas seus efeitos sociais dependem das representações que organizam vínculos, expectativas e oportunidades. Quando a família representa o adolescente como incapaz de participar de decisões, o apoio pode se converter em substituição permanente da vontade. Quando o representa como sujeito em desenvolvimento, o apoio passa a operar como mediação para participação progressiva.

Do ponto de vista metodológico, a TRS favorece a construção de instrumentos e categorias de análise capazes de captar ambivalências. Famílias podem expressar desejo de autonomia e, simultaneamente, manter práticas restritivas; podem reconhecer direitos e, ao mesmo tempo, temer que o adolescente seja exposto a situações de fracasso, violência ou julgamento. A teoria permite interpretar essas ambivalências como indícios de disputas representacionais, e não como simples incoerências discursivas. Essa leitura é especialmente produtiva para artigos teóricos, revisões críticas e estudos de base qualitativa.

Outra implicação consiste na necessidade de analisar a circulação dos discursos. A família não deve ser tratada como origem exclusiva das representações sobre deficiência intelectual, pois ela também recebe, filtra e reorganiza sentidos que circulam em escolas, serviços de saúde, redes de apoio, mídias e comunidades religiosas. Portanto, pesquisas futuras podem mapear quais discursos chegam às famílias e quais deles favorecem ou restringem a autodeterminação. Essa agenda permite aproximar a teoria das representações sociais de debates contemporâneos sobre direitos, acessibilidade, inclusão e apoio à tomada de decisão.

No plano das práticas, o artigo sugere que intervenções com famílias não devem limitar-se à transmissão de informações técnicas. Informar é necessário, mas não suficiente, porque representações sociais são sustentadas por afetos, memórias, medos e experiências concretas. Uma formação familiar voltada à autodeterminação precisa criar situações de reelaboração simbólica: discutir casos, revisar expectativas, nomear capacidades, planejar escolhas graduais e reconhecer que o erro também participa da aprendizagem. Assim, a mudança representacional depende de comunicação, experiência e validação social.

Por fim, o enfoque teórico-metodológico aqui desenvolvido contribui para que periódicos de educação, psicologia e estudos da deficiência acolham investigações que não tratem a família apenas como variável explicativa, mas como espaço de produção de sentidos. A deficiência intelectual, nesse enquadramento, deixa de ser lida como atributo isolado do adolescente e passa a ser compreendida em uma rede de representações que envolve quem cuida, quem ensina, quem diagnostica, quem legisla e quem convive. Esse alargamento analítico confere maior densidade à discussão sobre autonomia e participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as contribuições da Teoria das Representações Sociais para compreender discursos familiares sobre deficiência intelectual e autodeterminação de adolescentes. A reflexão mostrou que a deficiência intelectual, quando tomada como objeto representacional, não se reduz a um

diagnóstico; ela passa a compor sistemas de sentido que orientam expectativas, práticas de cuidado, permissões, restrições e modos de imaginar o futuro. Nesse processo, ancoragem e objetivação ajudam a explicar por que a autonomia pode ser defendida em tese, mas restringida no cotidiano.

Os resultados bibliográficos indicaram que a deficiência intelectual tende a ser ancorada em repertórios de incapacidade e objetivada em imagens de fragilidade, dependência e risco. Essa configuração simbólica favorece práticas familiares de superproteção e limita oportunidades de escolha. Contudo, a mesma teoria evidencia que representações podem ser transformadas quando novos discursos, experiências e apoios entram em circulação. Autodeterminação, portanto, não deve ser concebida como independência absoluta, mas como processo relacional, progressivo e mediado por condições sociais concretas.

Como contribuição teórica, o artigo reforça que a Teoria das Representações Sociais oferece base consistente para periódicos e estudos de natureza metodológica, pois permite analisar a deficiência intelectual na interface entre ciência, senso comum, linguagem e prática familiar. Como limite, a discussão permaneceu no plano bibliográfico e interpretativo, sem pretensão de generalização empírica. Como desdobramento, recomenda-se aprofundar investigações sobre os repertórios discursivos que famílias, escolas e profissionais mobilizam ao tratar de autonomia, direitos e participação de adolescentes com deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.

ABRIC, Jean-Claude. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A teoria das Representações Sociais. In: TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (org.). **Psicologia social**: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 287-295.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicação à educação. **Múltiplas Leituras**, São Bernardo do Campo, v. 1, n. 1, p. 18-43, 2008. DOI: http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v1n1p18-43.

COSTA, Sandra Beltrão Tavares. **Representações sociais dos genitores acerca da autodeterminação de seus filhos adolescentes com deficiência intelectual moderada**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales, Buenos Aires, 2021.

DOISE, Willem. **Les représentations sociales**: définition d'un concept. Connexions, Paris, n. 45, p. 243-253, 1985.

DOISE, Willem. Les représentations sociales. In: GHIGLIONE, Rodolphe et al. **La pareja o hasta que la muerte nos separe**: ¿un sueño imposible? México: Fontamara, 1990. p. 113-174.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (org.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. p. 31-61.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2012.

RIBEIRO, Laura de Paula; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. História, abordagem, método e perspectivas da Teoria das Representações Sociais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 407-409, 2016.

SÁ, Celso Pereira de. As representações sociais na história recente e na atualidade da psicologia social. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (org.). **História da psicologia**: rumos e recursos. Rio de Janeiro: Nau, 2007. p. 578-602.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**. Santa Fé: McGraw-Hill, 2010.

SILVA, Samira Emanuelle Duarte; CAMARGO, Brigido Vizeu; PADILHA, Maria Itayra. A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 64, n. 5, p. 947-951, 2011.

SPINK, Mary Jane Paris. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

SPINK, Mary Jane Paris. **Psicologia social e saúde**: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis: Vozes, 2010.